

Qual o lugar do tempo? Uma análise do tempo como aspecto epistemológico.

Ana Beatriz Neves Martins

RESUMO

Esse trabalho é fruto de uma tese em andamento, cujo objetivo geral é analisar a influência da ideia de tempo sobre a teoria sociológica, realizando uma sociologia da sociologia. Parte-se do pressuposto de que o tempo é uma construção social e, portanto, sujeito a diferentes formulações. O que se busca discutir é o limite da influência dessas formulações, que os sujeitos carregam consigo, sobre a produção da teoria sociológica. A hipótese presente na tese é de que essa influência (da ideia de tempo) é tão extensa e profunda na produção sociológica, que o tempo pode ser pensado como um aspecto epistemológico da própria sociologia, ou seja, como um fator constitutivo (e, quiçá, determinante) do próprio conhecimento social. Para pensar nessa hipótese, a tese conta com 3 partes. Na primeira parte, propõe-se uma discussão acerca do que é o tempo e do que é temporalidade, pensando, sobretudo,

em qual o conceito mais instrumental para o que se busca discutir. Ainda na primeira parte, a hipótese evidencia-se, bem como os contornos metodológicos da tese. Na segunda parte, são analisados três autores representativos de temporalidades específicas da sociologia, a saber, Talcott Parsons, Alfred Schutz e Anthony Giddens. Na terceira e última parte, com base no que foi discutido, e na relevância (ou não) da hipótese inicial, a tese se propõe a realizar apontamentos para uma nova interpretação sociológica. Nesse trabalho, especificamente, exploraremos o primeiro capítulo da tese, a saber, a discussão acerca da temporalidade e tempo na sociologia, bem como a hipótese geral.

Palavras-chave: Tempo. Temporalidade. Teoria Sociológica. Talcott Parsons. Anthony Giddens. Alfred Schutz.

1. Tempo ou Temporalidade?

Ianni, ao fazer uma sociologia da sociologia latino-americana, afirma que as estruturas do real abrem diferentes tendências ao pensamento. Sendo assim, a diversidade das posições sociais dos homens – no quadro da estrutura – implica em múltiplas visões do mundo, pois as representações que os grupos e classes sociais constroem sobre a sociedade em que se encontram inseridos afetam, em grau variável, as possibilidades do pensamento. (IANNI, 1971).

O que ele parece estar dizendo é que os fatos comuns da vida real afetam e influenciam – mais ou menos – nossos pensamentos, possibilidades de ideias e visões de mundo. Mas isso, a sociologia tem, de alguma maneira, com mais ou menos força, aceitado e pressuposto. Contudo, Ianni vai um pouco mais longe e afirma também que o pensamento científico não é imune a essas determinações. Isso significa, em outras palavras, que as estruturas do real, as configurações sociais da vida, influenciam não só nosso pensamento comum e ordinário, mas influenciam grandemente nossa produção de conhecimento (inclusive científica).

A presente tese parte do pressuposto, como Ianni, que as configurações sociais da vida afetam nossa produção sociológica, e, tendo em vista inúmeras questões teóricas que a sociologia encontra-se enredada, a presente tese supõe que poderíamos repensar vários desses dilemas a partir de uma rediscussão da própria sociologia em seus aspectos epistemológicos.

Durkheim e Mauss em "Algumas formas primitivas de classificação", mostraram através do que eles chamaram de sistema mais primitivo de classificação – a saber, o sistema totêmico da Austrália – que não são as relações lógicas que dão base às relações sociais, mas ao contrário, que são as relações sociais que fornecem nossas relações lógicas. Ou seja, que mesmo nossas categorias bases, que pareciam mais universais (como espaço e tempo), são, na verdade, sociais, pois os homens estavam agrupados e se concebiam a si mesmos (DURKHEIM;MAUSS, 1903).

Um dos pontos de Durkheim e Mauss com isso é dizer que para que as noções sejam assim pensadas, é preciso que se admita que elas não são puras, universais, - como pensava Kant¹ – mas são obras sentimentais, segundo eles. Sendo assim, as diferenças, mais afetivas que intelectuais, determinam a maneira pela qual elas se agrupam. Dessa forma (nesse caso deles), o que é o espaço para nós não é para outro grupo. E isso não é informação vazia, isso gera consequências lógicas e racionais, isso gera consequências na forma como olhamos para o mundo e criamos conhecimento lógico.

O que Durkheim e Mauss estavam dizendo era ambicioso em seu tempo, pois eles reivindicavam a negação das categorias universais kantianas e investigavam a fonte de onde emanavam, verdadeiramente, todas as categorias básicas² do entendimento, como tempo, espaço, gênero, causa, totalidade, número, etc. Tais categorias, para eles, emanavam, claro, do social. Isso significa que eles – além de encontrarem uma saída sociológica para a questão, e se afastarem dos pressupostos

¹ KANT, Emmanuel. Crítica da Razão Pura [1781]. Petrópolis: Vozes, 2012.

² Básicas no sentido de ser categorias que dominam a vida intelectual de todas as sociedades.

de formas a priori da sensibilidade kantiana – apontaram para o caráter social das categorias.

Diante disso, eles trabalharam especificamente com a categoria de espaço e com a ideia de classificação, e ressaltaram a importância da sociologia em lançar raio de luz na gênese e no funcionamento das operações lógicas, mostrando o quanto elas estão atreladas a concepções sociais construídas, e não a categorias universais.

Concordamos com esses autores, mas vamos um pouco além de onde eles foram. Pois eles, ao formular isso, não pensavam – enredados em seus pressupostos – que a sociologia também é conhecimento social, e que, portanto, também carrega consigo sua carga afetiva e está sujeita à influência social, sendo preciso, portanto, fazer uma sociologia da própria sociologia.

E é justamente isso que vamos buscar fazer na tese em questão: basear-nos na ideia de que a temporalidade é constructo social, e, portanto, modifica-se no tempo e no espaço em diferentes sociedades, pensar que essas diferentes ideias de tempo – que não são categorias universais – influenciam de maneira peculiar a própria sociologia que se produz, e pensar – de maneira prática e quase empírica – quais os desdobramentos de diferentes ideias de tempo sobre a produção sociológica.

O aspecto no qual focaremos na tese é especificamente as configurações sociais que se referem à temporalidade, pensaremos no quanto as nossas configurações sociais anteriores em relação ao tempo afetam nossa produção sociológica. Nossa hipótese é que a ideia de temporalidade que se constrói socialmente possui uma influência tão extensa na produção da(o) socióloga(o) que pode ser pensada como uma base epistemológica forte da própria sociologia.

Sendo assim, muitos dos nossos dilemas e questões poderiam ser repensados via temporalidade. Isso ajudaria a apontar novos caminhos para a sociologia teórica (e por que não empírica?) e, quiçá, para uma nova teoria do social que conscientemente lidasse com essa nova problemática.

Um dos problemas, contudo, é que quando se pensa na ideia de tempo, uma ampla bibliografia se descortina, abarcando desde discussões – herdadas da filosofia – acerca do caráter ontológico do tempo e de suas propriedades, até questões de cunho mais objetivista pensadas pela física, matemática e ciências naturais.

A discussão arrasta-se há centenas de anos, vindo desde a mitologia grega e da Grécia Antiga, por exemplo, e passando pelos principais filósofos, pela matematização do tempo com Galileu, pela objetificação do tempo com Newton, pela espacialização e relativização do tempo com Einstein, e tantos outros.

Há tantas discussões, dos mais diferentes tipos e escopos, cobrindo partes tão distintas do conhecimento humano, que pode parecer – à primeira vista – que o objetivo da nossa tese pode parecer impossível e desnecessário, vão e vago. Um dos objetivos do presente paper é tornar claro que esse não é o caso.

Far-se-á isso através de uma clarificação da hipótese – que se baseia numa concepção específica de temporalidade – e através, principalmente, da análise, sistematização e construção de alguns conceitos básicos da tese, refletindo acerca de suas instrumentalidades e problemas.

Na primeira parte do paper, buscar-se-á entender – através da obra de Elias sobre o tempo – a diferença entre tempo e temporalidade, bem como, entender e explicar o porquê a ideia de temporalidade é mais instrumental para a tese. Tempo, segundo Elias, é abstração social e construção dentro do processo social. Temporalidade não é apenas isso. Temporalidade é como olhamos para esse tempo, definimo-lo e, a partir disso, enxergamos a nós mesmos e organizamos nossa própria existência, individual e coletiva.

Essa forma de organizar nossa experiência coletivamente e individualmente gera uma forma de pensar a nós mesmos dentro das escalas de presente, passado e futuro, criando significados e papéis distintos para esses elementos, dependendo da temporalidade a que se tenha construído. A temporalidade, portanto, é entendida – em linhas gerais – como algo que a sociedade (juntamente com o indivíduo, via

interação) após a percepção do tempo, formula para pensar na sua própria experiência, concedendo pesos diferentes ao passado, presente e futuro.

Na segunda parte, o objetivo é similar ao da primeira parte: buscar-se-á diferenciar a ideia de temporalidade e de história, usando, para isso, Koselleck como referência. Na terceira parte, a ideia de narrativa – formulada por Braudel – será confrontada com a ideia de temporalidade, a fim de que sejam diferenciadas.

Na quarta parte, a partir de uma diferenciação feita anteriormente entre temporalidade, tempo, história, narrativa e duração, discutir-se-á a ideia de temporalidade de maneira sistemática, a partir do trabalho de Hammer. E, por fim, a conclusão se propõe a retomar a hipótese, e explicitar mais sistematicamente seus possíveis desdobramentos e pontos de relevância, agora com seus conceitos bem delimitados.

1.1. Tempo e temporalidade: Pensando a partir de Elias.

John Urry assinalou algo que já era consenso, de certa maneira, na sociologia: a ideia de tempo é central para a nossa disciplina, enquanto campo do conhecimento que visa entender e formular explicações acerca dos fenômenos sociais (URRY, J: 1996). Urry disse ainda que a sociologia negligenciou o tempo, fazendo – na maioria das vezes – análises que ele denomina atemporais. Contudo, apesar dessas fortes afirmações, Urry não definiu o que seria esse tempo (central e negligenciado).

Do mesmo modo que Urry, outros autores falaram da importância do tempo na sociologia, e de igual modo, da sua negligência, no entanto, como Urry, não definiram o que é o tempo. Braudel, numa discussão acerca da relação existente entre história e sociologia, imputou como base para o possível “diálogo de surdos” que ele disse existir entre tais disciplinas, o fato da história sempre inflacionar a importância do tempo dentro de suas sistematizações da realidade histórica, e a

sociologia negligenciar o tempo. Entretanto, não definiu o que seria esse tempo. (BRAUDEL: 1992).

Agostinho, numa célebre e famosa frase, disse: "O que é o tempo? Se ninguém me pergunta, eu sei; se quiser explica-lo a quem me pergunta, eu não sei" (Confissões, livro XI). Assim como Agostinho, muitos sociólogos ao tentar estudar o tempo, têm ficado presos nesse encantamento ritual, nessa pergunta difícil de ser respondida, justamente pelo caráter mítico assumido pelo tempo. Outros têm preferido pressupor o tempo como um termo quase autoexplicativo, não dispendendo quase nenhum (ou nenhum) espaço ao debate e conceituação desse termo.

A primeira categoria de pensadores e intelectuais, ao debruçarem-se sobre essa pergunta quase mítica, tem, na verdade, caracterizado essa ideia, imputando-a características sociais ou às vezes essenciais, ao invés de definir o tempo. Urry e tantos outros foram levados à segunda categoria de pensadores: pressupuseram que a ideia de tempo era compreensível, explicativa, auto evidente.

Elias, entretanto, apesar de saber dos riscos e perigos de se trabalhar com a concepção de tempo, buscou sistematizar essa ideia, e trabalhar de maneira sociológica com essa questão. Isso resultou num ensaio sobre o tempo que o autor publicou no ano de 1984 na Alemanha. Nele, Elias faz uma ampla sistematização da ideia de tempo, e formula uma série de definições acerca de tal conceito, as quais serão analisadas a fim de percebermos se, de fato, essa concepção de tempo é ou não adequada e instrumental para os fins da presente tese.

Analisar a obra de Elias é interessante para nós porque dada toda a trajetória irregular, controversa, e interdisciplinar da ideia de tempo, a partir dele conseguimos mapear de maneira sistemática possíveis visões de tempo dentro da sociologia, e a partir disso pensar se, de fato, esse conceito (de tempo) é o mais adequado para os objetivos da tese, ou se ele demanda a construção/apropriação de outros termos mais instrumentais.

Elias assume que, de fato, trabalhar com a ideia de tempo pode ser difícil, justamente pela imprecisão conceitual a que nos referíamos acima. No entanto, o esforço, segundo ele, deveria ser feito, afinal de contas, para ele, quando analisamos problemas relativos ao tempo aprendemos muito sobre nós mesmos e sobre a sociedade, sendo, portanto, central para a sociologia.

A dificuldade em lidar com a ideia de tempo residiria também no fato da própria natureza do tempo ser questionável. Afinal, o tempo é o que? Ele existe? É um a priori? É independente do homem? É forjado pelo indivíduo? É físico? É social? É cultural? É instrumento? Há uma longa discussão acerca disso, que Elias divide didaticamente em duas posições diametralmente opostas: o tempo como dado objetivo e o tempo como dado subjetivo.

O tempo objetivo seria a concepção de que o tempo constitui um dado objetivo do mundo criado, e que não se distingue por seu modo de ser dos demais objetos da natureza, apenas por não ser perceptível. Newton teria sido o maior representante dessa concepção, segundo Elias, com suas ideias de que o tempo seria quantidade, invariante, infinitamente divisível em unidades especiais, mensurável em comprimento e exprimível como número. O tempo era dado objetivo da natureza.

O tempo subjetivo (ou a priori) seria a concepção que pensa o tempo como a maneira de captar em conjunto os acontecimentos que se assentam numa particularidade da consciência humana ou da razão ou do espírito humano, e que, como tal, precederia qualquer experiência humana. O tempo seria um a priori, um inescapável modo de percepção. O maior representante dessa concepção seria Kant com sua ideia de tempo a priori. Para ele, toda a ordem de categorias do espaço e tempo seriam intuições a priori à experiência.

Embora diferentes, essas duas perspectivas têm pontos em comum e, para Elias, resumem as diferentes concepções sobre o tempo. O objetivo de Elias é refutar a ambas, e a isso se dedica boa parte do ensaio. Elias, ao invés delas, busca provar como hipótese que nosso saber resulta de um longo processo de aprendizagem e

que com o tempo – como faz parte do nosso saber – é a mesma coisa. Nossa concepção de tempo hoje não seria, portanto, nem natural, nem objetiva, e nem a priori, mas fruto de um longo processo social e cultural.

Para isso, analisa diferentes sociedades e diferentes culturas, que formularam concepções de tempo bastante diferentes. Seu objetivo é mostrar que o problema do tempo não é apenas social e nem apenas individual, mas que o tempo é um exemplo de individualização de um fato social. Em última instância, com essa concepção, Elias reintroduz sua concepção de processo civilizador utilizando o tempo como exemplo vivo disso, e tenta através disso formular uma saída teórica para o problema entre agência e estrutura.

O tempo, para ele, seria um ponto da formação do habitus social nos indivíduos, seria uma coerção externa que ao longo da vida seria internalizada em nós, seria um instrumento, e não uma entidade com caráter e estatuto ontológico. Isso significa que numa sociedade sem seres humanos, simplesmente não haveria tempo, sendo, portanto o tempo portador de um caráter eminentemente social.

O tempo seria algo que se desenvolveu em relação a determinadas intenções e a tarefas específicas dos homens, servindo hoje como um instrumento de orientação indispensável (apesar de variável e não homogêneo em todas as sociedades) para a realização de uma multiplicidade de tarefas variadas.

E apesar de responder a uma demanda individual, o tempo não seria criação individual. Seria mais que isso, seria uma instituição social que variaria sua complexidade e centralidade dependendo do estágio de desenvolvimento de cada sociedade. O tempo, portanto, nas palavras de Elias, seria: “a representação simbólica de uma vasta rede de relações que reúne diversas sequências de caráter individual, social ou puramente físico.”³

Apesar, contudo, de seu caráter social, o tempo não deveria ser pensado isoladamente pelas ciências sociais e nem deveríamos pensar numa ideia de um

³ ELIAS, Norbert. Sobre o tempo. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. P. 17.

tempo social. Ao contrário, o tempo, para Elias, é uma oportunidade de unir sociedade e natureza (que aparecem de maneira muito isolada), corrigindo essa imagem de universo dividido em setores fechados, até porque, o tempo seria prova de que há uma interdependência entre natureza, sociedade e indivíduo.

Elias diz que a experiência humana do que chamamos tempo se modificou ao longo do passado, e continua a se modificar em nossos dias, por isso a hipótese da nossa predisposição a ligações específicas de tempo não é sustentável. Para ele, o tempo é um símbolo social específico que não está inscrito nos genes humanos, mas que eles mesmos inventaram e dos quais se servem para orientar-se no mundo.

De maneira geral, o que Elias conclui é que o tempo é instituição social, não é um a priori e nem uma predisposição genética, mas um aspecto do processo civilizador, um símbolo conceitual de uma síntese em vias de constituição, uma operação complexa de relacionamento de diferentes processos evolutivos, um aspecto da coerção externa que guia os homens através de um processo social, a agir de acordo com o que se espera deles.

"O que chamamos 'tempo' significa, antes de mais nada, um quadro de referência do qual um grupo humano – mais tarde, a humanidade inteira – se serve para erigir, em meio a uma sequência contínua de mudanças, limites reconhecidos pelo grupo, ou então para comparar uma certa fase, num dado fluxo de acontecimentos, com fases pertencentes a outros fluxos, ou ainda para muitas outras coisas."

(ELIAS, Norbert. Sobre o Tempo. P. 60. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.)

Assumimos essas definições e discussões sobre o tempo em Elias e as consideramos bastante razoáveis no âmbito sociológico. Pois Elias, além de desconstruir certos pressupostos místicos sobre o tempo, e além de discutir de maneira sociológica a questão, termina seu ensaio com uma definição conceitual do que seria o tempo: O tempo seria um constructo social, fruto de um longo processo social que inclui homem e sociedade.

Contudo, depois dessa definição sociológica acerca do tempo, é possível afirmar que visamos a discussão acerca do tempo sem discutir exatamente o tempo. Ou

seja, não interessa ao presente trabalhar discutir o caráter ontológico do tempo, ou a definição em si do que seria o tempo como conceito, às vezes tão vago e pouco preciso. Interessa sim discutir a forma como os seres humanos (socialmente e individualmente) pensam o tempo. Pois é a partir da organização social do tempo, que são criadas as interpretações acerca do passado, presente e futuro.

Logo, apesar da contribuição de Elias, parece ser mais instrumental aos fins do trabalho em desenvolvimento discutir a forma como as pessoas lidam com o tempo, como as sociedades, autores e pessoas lidam com ele, organizam sua experiência temporalmente, e a partir disso constroem suas narrativas.

Para os fins de análise do que foi demarcado como prioritário para o presente trabalho, é mais interessante discutir o tempo sem se limitar a esse conceito. Isso significa que se assume aqui, como ponto de partida, a concepção não homogênea de Elias sobre o tempo, contudo ultrapassa-se as bordas do tempo, pensando mais em como o tempo pode ser apropriado de diversas maneiras por diferentes atores ou coletividades, criando concepções bastante específicas com base nas quais os sujeitos e coletividades modelam suas experiências, enxergam-se no mundo, e enxergam o próprio mundo.

Essas concepções levam os sujeitos e coletividades a construir suas narrativas, e a interpretar de maneiras específicas os eventos que se desenrolam “no tempo”. Essa maneira bastante específica de interpretar os eventos, narrar suas próprias histórias e a história coletiva, bem como de organizar sua experiência pode ser pensado como um segundo momento da discussão: a temporalidade. Acreditamos que a ideia que se busca pensar na tese, pode ser melhor pensada através desse conceito (de “temporalidade”), que se distingue também da concepção de história, como veremos adiante.

1.2. Temporalidade e História: Pensando com Koselleck

Nessa segunda parte do paper, objetiva-se pensar se essa ideia que foi delineada provisoriamente acerca da temporalidade (temporalidade como a forma através da qual os indivíduos e coletividades organizam sua própria experiência dentro e a partir de concepções temporais, como de passado, presente e futuro, por exemplo) assemelha-se à ideia de história, ou também deve ser pensada para além dela.

A dúvida acerca da singularidade da ideia de temporalidade ou da possível semelhança com a ideia de história pode surgir na discussão, pois se dizemos que a concepção de temporalidade parece mais instrumental porque não busca focar nas características em si do tempo, mas na forma como organizamos nossa experiência dentro de concepções temporais, é possível que nos lembremos da ideia de história, como um conceito que poderia ser suficientemente instrumental para a discussão da tese. Contudo, argumenta-se nessa seção a não sinonímia entre temporalidade e história. E para fomentar a discussão, olharemos para alguns trabalhos de Koselleck.

Koselleck é uma figura muito importante para a historiografia alemã, dedicando-se por longo tempo à formulação da história dos conceitos, que abarca uma longa discussão sobre o tempo, temporalidade e história. Sua principal contribuição é a ideia que formula sobre a história dos conceitos. Seu ponto de partida é que existe uma relação muito forte entre história e linguagem, e que as palavras são mutáveis.

Um elemento-chave de seu projeto acerca da história dos conceitos é a ideia – como dissemos – do tempo e do espaço, através dos conceitos formulados por ele de espaço de experiência e de horizonte de expectativa. Além disso, ele é herdeiro de uma filosofia que vinha discutindo o tempo, levando-o a pensar toda a compreensão como temporal, intencional e histórica.

O fundamento da história conceitual de Koselleck parece residir na ideia de que os conceitos têm uma existência objetiva em cada lugar e tempo em que eles são empregados, o que seria constitutivo da própria história. Kirschner comenta sobre

isso:

"Koselleck chama a atenção para a importância da análise linguística e semântica na investigação das variadas dimensões do mundo social em diferentes épocas. Segundo o autor, o estudo dos conceitos e da variação dos seus significados ao longo do tempo é uma condição básica para o conhecimento histórico. Koselleck denomina História dos Conceitos o procedimento que permite apreender o complexo processo de ressignificações de alguns conceitos ao longo do tempo. Mais do que um método a ser aplicado ou uma disciplina autônoma, a História dos conceitos seria um instrumento complementar e necessário para a interpretação histórica."

(KIRSCHNER, T. B., A reflexão conceitual na prática historiográfica. P. 49. Textos de

História, v. 15, n. 1/2, 2007.)

O que Kirschner parece estar dizendo é que Koselleck dá atenção especial à questão linguística e à semântica quando analisa a história e o mundo social. E não só isso, Koselleck dá atenção a comparar os mesmos conceitos ao longo do tempo, e em diferentes espaços. A história conceitual atentaria exatamente para isso, para a forma como os mesmos conceitos falam sobre diferentes coisas ao longo do tempo e do espaço. Afinal, os conceitos não seriam autônomos, mas relacionadas a realidades sociais.

A história dos conceitos ganhou espaço, entre outras coisas, porque significou uma maneira original de compreender e pensar a relação entre palavras, indivíduos e coisa, ela mostrou como a linguagem moldou as formas de viver e como ela revelou a continuidade e descontinuidades entre conceitos e realidades. E junto com ela, os conceitos ganharam espaço porque tornaram-se o objeto da própria história.

A ideia de conceito ganhou protagonismo na história de Koselleck e passou a ser vista como algo que é constituído em meio à própria experiência histórica, isso torna claro que as lutas semânticas são lutas históricas. E que os conceitos são também forjados pelo seu contexto social e histórico. O conceito é, portanto, em si, plural, e traz consigo a capacidade de abstração, de sair do contexto original e de se projetar no tempo e espaço.

Contudo, para Koselleck, o que seria o tempo? Teria a história o seu próprio tempo que não é o tempo do calendário ou do relógio? A história teria tempos distintos? A história se realizaria com ritmos temporais diferentes? Koselleck disse que afirmar a relação estabelecida entre a história e o tempo é quase desnecessário,

de tão óbvio, no entanto, seria interessante perguntarmo-nos se o tempo histórico pode ou não ser formulado de outra maneira.

Koselleck diz que o conteúdo da história deve ser pensado como uma realidade social que passou por transformações bem diferentes das que a realidade natural passou. Além disso, a mudança histórica podia ser vista como bastante diferente da mudança natural por ser heterogênea, múltipla e variada, com diferentes formas e graus de aceleração, segundo ele. Isso nos levaria a pensar que o tempo histórico era diferente do natural.

Para Koselleck, havia uma grande diferença entre o tempo natural e o tempo da história, visto que esse último tratava-se mais de uma forma específica de ler o mundo e organizar a experiência. O autor pensava que o processo histórico seria marcado por esse tipo distintivo de temporalidade, e que essa temporalidade não seria única, mas múltipla, e sujeita a diferentes taxas de aceleração e desaceleração.

Isso já evidencia que Koselleck dá espaço tanto à discussão do tempo e de história como de temporalidade, enxergando-a não como sinônimo dos conceitos anteriores, mas como parte importante e singular, constitutiva da reflexão temporal e histórica. Como forma de pensar nisso, ele investiga experiências históricas do tempo e conceitos do tempo em diferentes épocas. Koselleck também se dirige a modernidade, realizando continuamente comparações com períodos anteriores. Nesse caminho, ele descobre o tempo histórico, como dissemos. Mas, o que é o tempo histórico em si? Para o autor, é preciso duvidar da singularidade desse tempo histórico. Pois o tempo histórico (se é que o conceito possui um sentido próprio) está vinculado a unidades políticas e sociais de ação, a homens concretos que vivem e sofrem, e as suas instituições e organizações.

Em virtude disso, Koselleck parte de muitos tempos históricos, de muitos tempos superpostos uns aos outros. Ele analisa textos, obras de arte e muitas outras fontes nas quais a relação entre passado e futuro é tematizada explícita ou implicitamente, e discute, assim, os múltiplos tempos históricos. A hipótese que ele admite é que na

determinação da diferença entre passado e futuro, pode-se conceber algo assim como o tempo histórico.

Contudo, em que conceber o tempo histórico diferente do tempo natural e pensa-lo como múltiplo, pode influenciar ou modificar a forma como se pensa a história? O que está implicado, em termos históricos, na ideia de que o tempo é histórico, múltiplo e diferenciado do tempo natural? O que está explícita ou implicitamente implicado, em termos históricos, quando dizemos que por mais que existam parâmetros físicos para a determinação do tempo, o tempo histórico transborda o tempo físico?

Primeiramente, é preciso assumir, como apontou Koselleck, que, de fato, o uso da ideia de um tempo histórico múltiplo tem sido bem sucedida na história há algum tempo. Isso porque o uso dos termos pontos de vista, posição ou ponto de observação passou a ser levada a sério, alterando-se também o status da história passada. Quando se assumiu, com o crescimento da abordagem perspectivista, a multiplicidade de tempos, a história perdeu a característica que obrigava ela a ser sempre igual a si mesma.

A ideia de que as perspectivas deveriam ser espacialmente determinadas, associadas a uma localização geográfica era inédita até um tempo atrás. A essa relatividade geográfica, adicionou-se a relatividade temporal. E a partir dessa "virada", muitos elementos sofreram uma metamorfose, pois a ideia de que o tempo e o passar dele pudessem alterar a qualidade da história, por exemplo, é moderna. Lentamente, o tempo histórico foi adquirindo uma qualidade capaz de consolidar a experiência, por meio da qual se aprendeu a ver o passado de maneira nova.

Nesse processo, o passado deixou de ser mantido na memória pela tradição e passou a ser reconstruído pelo procedimento crítico. Isso leva a um apontamento forte de Koselleck, e bastante relevante para a nossa discussão, pois o autor parece apontar que uma mudança quanto á forma de se pensar a característica do tempo (natural, histórico, plural ou único) originou uma transformação na própria forma de se fazer história. Mas não só isso, o autor parece ainda apontar que não só uma

concepção de tempo modifica a história produzida, mas a história produzida com base numa concepção temporal, pode reforça-la ou não.

O problema da forma, portanto, como a história narra e descreve, teria relação com as dimensões temporais do movimento histórico. Os eventos seriam experimentados como fatos pelos contemporâneos, e como unidade que pode ser narrada. O pano de fundo seria a cronologia natural. Todavia, transpor essas experiências – outrora imediatas – em conhecimento histórico permaneceria sempre comprometida com o tempo histórico, e o antes e o depois seriam o horizonte de sentido da narrativa. Sendo assim, a sucessão do tempo histórico seria o fio condutor da representação, de modo a tornar possível a própria narração dos eventos.

A história então modificaria-se, pois a história seria possível de ser pensada não mais como a responsável por buscar “a verdade” e transmiti-la (história não mais como mestra da vida). Até porque, a própria verdade teria se tornado fruto de uma perspectiva. A tríade lugar, tempo e pessoa teria alterado, portanto, a base histórica e teria sido responsável pelo que conhecemos como história, uma história não mais obrigada a possuir e revelar a verdade.

O que Koselleck está indicando é que toda a história é história do tempo, ou seja, há uma temporalização da história. O tempo, por sua vez, não seria algo dado ou natural, para o autor, mas construção cultural que – em cada época – determinaria um modo específico de relacionamento entre o que já foi conhecido e experimentado como passado, e as possibilidades que se lançam no horizonte como futuro.

O que parece estar implicado em todas essas concepções de história dos conceitos, tempo, e história como disciplina e narrativa, é uma concepção diferente entre temporalidade e história. Temporalidade parece ser a forma como se pensa o próprio tempo, e história parece ser o que desenrola-se a partir de uma temporalidade específica, uma forma específica de narrar os eventos tendo em vista uma concepção bastante delimitada de temporalidade, e, logo, de tempo. É como se a história, não como disciplina universal, mas como narrativa, estivesse vulnerável a

ser modificada dependendo de concepções temporais, tanto de seus autores, quanto de suas testemunhas, coletivamente e individualmente.

Nesse sentido, a temporalidade localiza-se num ponto anterior ao de história, e num ponto posterior ao de tempo. Ou seja, enquanto o tempo seria – para Elias – um quadro de referência do qual a humanidade se serviria para erigir limites reconhecidos pelo grupo, comparar fases, entre outras coisas, a temporalidade seria a maneira de pensar esse quadro de referência, e de construir suas narrativas em torno dele. A história, nesse sentido, afastar-se-ia da concepção de temporalidade e de tempo.

Isso porque, embora a história varie de acordo com a temporalidade (ou seja, com a forma de se perceber o tempo), ela não é exatamente uma maneira de pensar o tempo, e nem o tempo em si (ontologicamente), mas uma forma de narrar eventos e estruturas, dentro, claro, de uma cronologia e de um tempo histórico.

O que percebemos sobre o tempo parece poder influenciar a noção temporal que possuímos, a temporalidade que temos, e essa temporalidade, por sua vez, pode influenciar a construção da história (e por que não da sociologia?). Dessa forma, história, tempo e temporalidade seriam três conceitos distintos, embora interligados, e não redutíveis uns aos outros. Logo, para os fins dessa tese, a visão tanto de tempo quanto de história mostram-se inadequadas e insuficientes, sendo necessário buscarmos outro conceito, que chamamos temporalidade.

A fim de continuar a construção da ideia de temporalidade, a próxima seção possui por objetivo diferenciar a ideia de temporalidade das ideias de duração e narrativa, formuladas por Braudel e Ricoeur (respectivamente) e bastante popularizadas. Até que ponto elas se confundem com a ideia de temporalidade? Por que temporalidade e não as já conhecidas ideias de duração ou narrativa?

1.3. Temporalidade e narrativa.

A ideia de narrativa popularizou-se com as obras de Ricoeur, nas quais o autor pensa a narrativa e a relaciona com a ideia de tempo. Ricoeur, basicamente, colocou vários autores em diálogo, e extraiu deles o que havia de instrumental para a construção de seu trabalho e de sua hipótese: é a narrativa que torna acessível à experiência humana do tempo, ou seja, o tempo só se torna humano através da narrativa.

A fim de tornar isso mais claro, Ricoeur destaca – entre outras coisas – os jogos com o tempo que a linguagem permite. Na narrativa, diz ele, os jogos ganham novas possibilidades, pois há uma diferença entre o tempo do narrar e o tempo do narrado. Quando variamos a voz narrativa colocando-a em diferentes posições temporais, as possibilidades de variação são imensas. Isso seria especialmente rico na ficção (já que não há compromisso com fatos reais), que cria um espaço para experimentação nesse sentido, e ainda mostra como as narrativas configuram o tempo e como elas oferecem uma “resposta poética” às reflexões filosóficas sobre o tempo.

A narrativa contém em si uma inovação semântica e a criação de uma intriga, porque a narrativa é uma obra de síntese, ela põe tudo junto numa unidade temporal de uma ação total e completa, ela sintetiza o heterogêneo. A narrativa, na obra de Braudel, possui o poder de tomar eventos juntos, integrar numa história inteira e completa, os acontecimentos múltiplos e dispersos, esquematizando a significação inteligível vinculada à narrativa tomada como um todo.

Ricoeur criou ainda paralelos entre intriga (narrativa) e metáfora, pois a metáfora, segundo ele, não é só estilo linguístico, mas serve para redescrever uma realidade inacessível à descrição direta. Nesse sentido, teria semelhanças com a narrativa, pois a narrativa é usada justamente para reconfigurar nossa experiência temporal confusa. Afinal, o que é o tempo?

O tempo, para Ricoeur, é algo que só se torna humano na medida em que está articulado de maneira narrativa. Ou seja, a narrativa é importante porque desenha as características da experiência temporal. Temporalidade, portanto, e narrativa

constituem-se um círculo saudável, recíproco, no qual as duas metades se reforçam mutuamente.

Sua hipótese principal que perpassa todo o seu trabalho é que existe entre a atividade de narrar uma história e o caráter temporal da experiência humana uma correlação que não é puramente acidental, ao contrário disso, apresenta uma forma de necessidade transcultural.

Concordamos que exista uma ligação não acidental entre a atividade de narrar uma história e o caráter temporal da experiência humana. Este trabalho, inclusive, pressupõe isso. Contudo, de maneira significativamente diferente da de Ricoeur, pois Ricoeur pressupõe que a experiência temporal só é viabilizada pelo ato de narrar, quanto a nós, nos fundamos na ideia, diferente da dele, de que a temporalidade que se adquire via experiência temporal (socialmente e individualmente) influencia a forma de narrar.

Dessa maneira, a ideia de narrativa se esvazia de significado e força, e passa a parecer evidente que a ideia de temporalidade é mais instrumental para a presente discussão. Pois narrativa é a organização dos fatos e eventos (imaginários ou reais) através dos quais construo o próprio tempo humano. Logo, a narrativa teria uma chave crucial em toda a organização temporal, pois o próprio tempo humano – tal como o conhecemos – é produzido, e, portanto, é fruto da narrativa.

Isso significa pressupor certa ordem, como anteriormente dito, que contraria a adotada no presente trabalho, pois o ponto de partida pressuposto nas seções anteriores é de que não só a narrativa, como a produção sociológica (e histórica, como vimos com Koselleck) é fruto de uma concepção específica de tempo que se forma coletivamente. Logo, o tempo seria modelador da temporalidade (que é a forma como nos apropriamos do tempo e construímos nossas experiências acerca do passado, presente e futuro, dando peso a esses elementos). E essa temporalidade seria a base epistemológica – uma vez introjetada nas (os) sociólogas (os) – de um tipo específico de sociologia que deveria muito de sua formulação a concepções específicas de tempo.

O grande motor de nossa discussão é justamente, perceber isso – que o tempo é base epistemológica da sociologia e a influencia tão grandemente – e reformular, repensar temas gerais da própria sociologia que, por vezes, se pensou serem frutos de outras bases. Logo, um novo olhar sobre o tempo seria capaz de nos levar a novas discussões originais sobre velhos problemas sociológicos.

Adotar a concepção de narrativa de Ricoeur – além de inverter a sequência lógica proposta pela tese para analisar tempo e narrativa – não daria conta da hipótese analisada, pois a mesma não busca responder sobre a origem do tempo humano, mas pensar os desdobramentos dele para a construção do conhecimento.

Logo, apesar da riqueza de Ricoeur, sua perspectiva não será adotada para a presente análise. O fato de ele ser um autor sofisticado em vários aspectos pode auxiliar na reflexão acerca da concepção de tempo, formada socialmente e individualmente, contudo ele não será tomado como um autor central, bem como sua formulação de narrativa. Manter-se-á a ideia de temporalidade.

1.4. Temporalidade e sociologia: pensando a partir de Hammer.

Como vimos, nosso objetivo aqui é pensar de maneira sistemática na ideia de temporalidade. Para isso, iniciamos com uma diferenciação entre as ideias de temporalidade, tempo, história, e narrativa. Tornou-se claro que todas essas discussões e formulações não são tão instrumentais para o tema e para a investigação da hipótese como o conceito de temporalidade. O objetivo dessa seção especificamente é pensar de maneira sistemática – através da visita a uma obra de Hammer⁴ - na ideia de temporalidade, enunciada no início.

Hammer, tal como fizemos até o presente momento, embora soubesse acerca das inúmeras discussões existentes sobre o tempo – no campo da filosofia, metafísica, etc. – e embora soubesse que essas questões muitas vezes relacionam-se

⁴ HAMMER, Espen. Philosophy and Temporality from Kant to Critical Theory. 2013.

com as características essenciais ou não do tempo, escolheu pensar o tempo fora desse escopo.

Seu interesse é mais a existência humana no tempo, e o que isso significa temporalmente. Por isso, ele desloca-se das concepções sobre o tempo em si e aproxima-se da ideia de temporalidades, uma vez que possui como foco a forma como os homens relacionam-se com a formação temporal, e como eles enxergam-se a si próprios dentro da experiência do tempo.

Para analisa-la ele baseia-se em três pontos: 1. Nossa consciência de tempo é uma função mediada por horizontes de significados; 2. Há algo de peculiar no tempo da modernidade, pois ela baseia-se numa concepção de tempo cujos eventos são sucessivos e possuem direção linear do passado a um futuro, que nunca chega; 3. Esse tipo de desenvolvimento provocado por essa concepção peculiar de tempo tem afastado seu próprio discurso sobre a modernidade.

Esses 3 pressupostos constroem ponte clara entre a obra de Hammer e o presente paper, e denunciam sua instrumentalidade para a discussão. Uma vez que Hammer considera a temporalidade como aspecto social, construído socialmente e que possui clara relação com nossa identidade, e que considera a temporalidade presente na modernidade como peculiar no que concerne à sua linearidade, somos capazes de o relacionarmos ao presente trabalho.

Pois, por exemplo, se há algo de distintivo na modernidade quanto à temporalidade, e se pensamos – a partir dessa tese – que a temporalidade pode ser aspecto epistemológico da sociologia, ou seja, que a temporalidade que se tem reflete-se na construção do pensamento sociológico, e a sociologia é, em si, fruto da própria modernidade, haveria algo de peculiar na própria constituição sociológica, que estaria estreitamente ligada à própria temporalidade moderna. Ou seja, mudando-se a concepção de tempo que se tenha, poderíamos não ter sociologia, tal qual conhecemos.

Esses três pressupostos também são base para o objetivo do estudo de Hammer, que é discutir e analisar como uma experiência irrefletida sobre o tempo (como a moderna), acompanhada de um processo dinâmico e perpétuo de modernização, encontra resposta cultural na tradição das reflexões desde Kant a Adorno. Em outras palavras, seu objetivo é explicar a dimensão histórica desses filósofos (que nem sempre é clara), mostrando como eles estavam respondendo aos seus contextos sociais e ao tipo de experiência que seu contexto viabilizou.

Porém, seu foco é pensar tudo isso com base na temporalidade moderna, ou seja, o autor visa pensar em como esses filósofos estavam respondendo a uma temporalidade específica, como se relacionavam com seus contextos históricos e com as discussões intelectuais e temporais de seus períodos e contextos sociais. Embora isso seja interessante e se assemelhe com o que esta tese parece tentar construir, não é, definitivamente a mesma coisa. O início possui alguma semelhança, porém o objetivo aqui não é só dizer que as (os) sociólogas (os) respondiam ao contexto histórico de seu tempo, mas dizer que a temporalidade de seu tempo tornou-se base epistemológica do seu próprio conhecimento, gerando um tipo específico de disciplina, e pensando nas consequências disso.

De maneira geral, o objetivo de Hammer é conseguir demonstrar a centralidade da questão do tempo, através do foco que elegeu: os discursos filosóficos sobre a modernidade. A partir disso, o livro é construído sobre a ideia de que há algo distinto sobre o caminho em que o tempo é entendido e experimentado na modernidade. Por isso, ele trabalha especificamente com essa ideia. Seu objetivo é pensar nas ideias que os agentes modernos possuem sobre o tempo e conjecturar acerca deles.

Para isso, ele parte da ideia de que o tempo é constructo histórico e social, mas uma construção que torna-se fato na vida cotidiana, e que as pessoas utilizam irrefletidamente durante suas vidas, acionando concepções temporais que carregam significados específicos, e envolvem implicações, expressando compromissos históricos. Por mais que as pessoas não pensem sobre isso, Hammer diz que suas

práticas são inerentemente estruturadas na base do tempo, e estruturadas historicamente na prática de relacionar o tempo.

A fim de jogar luz nessa concepção cotidiana de tempo, ele aciona o conceito de consciência de tempo, que seria o meio a partir do qual os indivíduos e coletividades constroem suas próprias vidas em relação ao tempo. No caso específico da modernidade, o tempo incorporou um termo de sucessão, uma série linear de agoras, onde a linha do tempo move-se do passado através do presente e para o futuro, ou através de qualquer equivalente causal de modelo de sucessão.

Em outros contextos, o tempo não era isso, ele poderia ser, por exemplo, uma perpétua recorrência de agoras, e como tal, poderia ser idêntico, homogêneo, sem significado intrínseco para o agente. Ou seja, as possibilidades experimentais que são disponíveis aos seres humanos em circunstâncias históricas e culturais específicas são dependentes das concepções de tempo desses seres humanos. Sendo assim, embora o tempo natural indicasse alguma coisa, o ciclo do tempo que, de fato, moldaria nossas experiências e nossas relações individuais e coletivas seria o ciclo do tempo social, a consciência do tempo.

Assim, a questão da temporalidade não seria resumida a crenças diferentes, mas relações diferentes entre quem somos. Nossas necessidades e desejos, nossas expectativas acerca dos outros e de nós mesmos, nossa memória, nosso conhecimento e tudo o mais que possuímos estaria intimamente relacionado com a forma como nos relacionamos com o tempo.

Hammer consegue pensar o tempo de maneira social, e por isso tornou-se tão interessante para o presente trabalho. Apesar dos pontos de divergência no que tange, por exemplo, à aceitação da ideia de pós-modernidade de maneira quase inquestionável – ele trabalha, justamente, num ponto bastante similar com o do presente trabalho: a escolha da ideia de temporalidade e o deslocamento da discussão ontológica do tempo.

Após analisarmos as obra de Elias, Koselleck e Ricoeur, é possível – junto com Hammer – delimitarmos o que entendemos por temporalidade e o porquê de acreditarmos que esse conceito (se bem colocado) consegue transmitir as ideias necessárias para o desenvolvimento da nossa hipótese.

Com base em Elias e Koselleck chegamos à conclusão do que não é temporalidade. Ou seja, que a ideia de temporalidade não pode (e nem deve) ser diluída na ideia de tempo, ou de história, pois não consistem em sinônimos. O tempo é abstração social, e construção dentro do processo social. A temporalidade é como olhamos para esse tempo, como definimos esse tempo, e a partir disso, como enxergamos a nós mesmos e organizamos nossa própria experiência, individual e coletiva.

Essa forma de organizar nossa experiência coletivamente e individualmente gera uma maneira de pensar a nós mesmos dentro das escalas de presente, passado e futuro, criando significados e papéis distintos para essas coisas. Isso depende da temporalidade a que se tenha construído. A temporalidade, portanto, é algo que a sociedade – juntamente com o indivíduo – após a percepção do tempo, formula para pensar na sua própria experiência, concedendo pesos diferentes ao passado, presente e futuro.

A forma como o indivíduo e as sociedades leem-se a si próprios dentro da escala do tempo, e como organizam sua própria experiência, chamamos de temporalidade. Assim, a partir dessa temporalidade, há a formulação de narrativas e de histórias. Logo, o tempo, temporalidade e história não são três sinônimos, mas três diferentes partes de um processo, são partes relacionadas e dinâmicas que se retroalimentam. Afinal, ao formular uma concepção específica de história – com base num tempo e numa temporalidade peculiares – o tempo e a temporalidade que serviram de base são corroboradas, ou modificadas via lentos processos sociais.

O que estamos dizendo, portanto, quando dizemos que a temporalidade que se tem modifica a produção sociológica, lhe servindo de base epistemológica, é que a forma como as (os) sociólogas (os) se apropriaram do tempo e formularam

socialmente o papel de presente, passado e futuro, organizam a experiência sociológica, e definem (por que não?) a própria sociologia (também enquanto disciplina).

Tendo definido isso, a próxima (e última) parte possuirá por objetivo analisar o porquê de essa hipótese ser relevante, e qual a relação existente entre pensar a temporalidade como aspecto epistemológico e pensar nas questões centrais da própria constituição sociológica. Por fim, serão analisadas as implicações (in)diretas da pesquisa, bem como das futuras e possíveis constatações.

1.5. Conclusão

Com vistas no que discutimos, é possível dizermos que o objetivo principal desse trabalho é fazer uma sociologia da sociologia, pensando na influência das nossas concepções temporais sobre a produção da sociologia. O ponto de partida para isso é a hipótese construída ao longo do texto de que a influência da concepção de temporalidade é tão extensa e profunda sobre a produção sociológica que é possível pensar na temporalidade como aspecto epistemológico da própria sociologia.

De maneira bastante geral notamos que a temporalidade é a forma como observamos – individual e coletivamente – o tempo, definimos suas características e o experimentamos. A temporalidade seria a forma como pensamos em nós mesmos e na nossa experiência dentro das escalas de presente, passado e futuro, concedendo pesos diferentes a cada uma delas.

Com base nessa definição, podemos reconstruir a hipótese inicial, retomando a ela e retomando a pergunta, traduzindo-as de maneira mais clara. A pergunta poderia ser redesenhada (a partir dessa conceituação) da seguinte forma: de que maneira a concepção que desenvolvemos individual e coletivamente a partir da forma como definimos a ideia de tempo (que é constructo social e, portanto, definível de diferentes maneiras) influencia o que produzimos no campo da sociologia?

A partir dessa pergunta, a hipótese é que a forma como organizamos (a partir da ideia de tempo) nossa própria experiência dentro das categorias de passado, presente e futuro, e a forma como experimentamos a ideia de tempo, possui uma influência profunda sobre a nossa produção dentro do campo da sociologia. Desconfiamos que essa influência seja tão extensa e profunda que nos permita pensar na temporalidade como aspecto epistemológico da própria sociologia.

Acreditamos que nesse ponto o que escrevemos ao longo do texto tenha sido esclarecedor em relação a hipótese, pois a força dela e do que está sendo proposto aparece com mais clareza após a compreensão do que se está discutindo. O que estamos nos propondo a perguntar é se diferentes maneiras de apropriar-se do tempo geram diferentes epistemologias dentro da própria sociologia. Em outras palavras, se o tipo de sociologia e o que conhecemos dela hoje possui relação causal de dependência e consequência direta da forma como construímos e experimentamos o tempo.

E visto que a sociologia é especificamente uma área do conhecimento institucionalizada na modernidade, e que a modernidade possui uma forma peculiar de pensar o tempo, discutiremos, portanto, se o próprio fazer sociologia está atrelado a uma concepção específica de tempo. Logo, concentramo-nos numa discussão não só epistemológica (ao pensar na influência da temporalidade moderna como base para o conhecimento sociológico), mas numa discussão ampla com a própria teoria sociológica. Afinal, se a forma como construímos o nosso conhecimento dentro da sociologia é dependente e atrelado a uma concepção específica de tempo, será que a solução para alguns dos nossos problemas não seria repensar a própria base epistemológica da sociologia?

Será que ao falarmos sobre o tempo e sobre a sociologia, da maneira como nos propomos, estamos afirmando que a sociologia – enquanto disciplina – está atrelada a uma epistemologia específica de base temporal? Será que se adotarmos outras formas de se pensar o tempo não estaremos fazendo algo que é quase uma não sociologia, unificada apenas pelo nome?

Podemos continuar as perguntas: quando pressupomos que a base epistemológica da sociologia é o tempo, o que está implicado nisso acerca da teoria sociológica geral? Se possuímos impasses teóricos – e conseqüentemente empíricos – nas análises sociais, e desvendamos, finalmente, sua fundamentação epistemológica, o que isso nos demanda em termos teóricos?

Ao perguntar-se sobre a influência da concepção de temporalidade sobre a produção sociológica, e ao assumir como hipótese uma influência epistemológica, deslocamos nossa discussão de uma “sociologia do tempo” para a própria sociologia, conjugando o aspecto do tempo – anteriormente já assumido como central para as ciências sociais – com questões mais amplas que tocam a própria forma como construímos nossa disciplina, de maneira geral.

Se confirmada essa hipótese, ou seja, se, de fato, assumimos ao final da tese que estamos desenvolvendo, que a forma como – a partir do tempo – construímos nossa experiência temporalmente possui influência epistemológica na sociologia, que pergunta isso nos suscita, de maneira ampla? Será que não poderíamos rediscutir alguns pontos da própria conformação sociológica? Não poderíamos repensar alguns dos pilares fundamentais da nossa disciplina, bem como nossas discussões mais basilares acerca da forma como construímos nosso conhecimento?

Bibliografia

- BRAUDEL, Fernand. Escritos sobre a História. 2. E. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- DOMINGUES, José Mauricio. Ensaio de Sociologia: Teoria e Pesquisa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- DURKHEIM, E; MAUSS, M. Primitive Classification. London: Routledge, 2009.
- ELIAS, Norbert. Sobre o tempo. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- FABIAN, Johannes. O tempo e o outro: como a antropologia estabelece seu objeto. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- HAMMER, Espen. Philosophy and temporality from Kant to Critical Theory. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

KIRSCHNER, T. B., A reflexão conceitual na prática historiográfica. P. 49. Textos de História, v. 15, n. 1/2, 2007

KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. 3ª Reimpressão. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

_____. Sentido y repetición em la historia. Buenos Aires: Hydra, 2013.

_____. The practice of conceptual history: timing history, spacing concepts. California: Stanford University Press, 2002.

_____. In: SHEEHAN, James. Begriffsgeschichte: theory and practice. The Journal of Modern History, v. 50, n. 2, 1978.

IANNI, O. Sociologia da Sociologia Latino-Americana. 2 E. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

URRY, John; KEAT, Russell. Social Theory as Science. London and Boston: Routledge & Kegan Paul, 1975.

URRY, John. [1996]. Perspectives on time and space. In: TURNER, Bryan S. The Blackwell companion to social theory. 2. Ed. Massachusetts: Blackwell Publishers, 2000.

ROSA, Hartmut. Social Acceleration: A New Theory of Modernity (New Directions in Critical Theory). Columbia: Columbia University Press, 2015.